



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
23 de março
de 2021

Projeto de lei sobre doação de prédio ao MP inicia tramitação

Durante a sessão, o presidente em exercício da Câmara Municipal de São Luís, vereador Gutemberg Araújo (PSC), leu e encaminhou à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça, Legislação, Administração, Assuntos Municipais e Redação Final (CCJ), o Projeto de Lei nº 156/21, que prevê a doação de um prédio da Prefeitura de São Luís, localizado na Fonte do Ribeirão, no Centro da capital, para o **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**).

O projeto, que chegou na Casa acompanhado da Mensagem 009/2021, do Executivo Municipal, esclarece que a medida obedece aos princípios da função social e do interesse público.

De acordo com o projeto, no imóvel, a Procuradoria Geral de Justiça irá instalar as Promotorias de Justiça do Consumidor e do Cidadão.

O projeto esclarece que a medida obedece aos princípios da função social e do interesse público, explicitando que a doação deve ser feita em observância às diretrizes da Lei de Licitações nº 8.666/1993, combinado com a Lei Orgânica do Município (LOM).

Maiores aproximações O documento diz, em seu artigo 2º, que a doação do prédio à Procuradoria Geral de Justiça, tem o objetivo de proporcionar maior aproximação entre o **Ministério Público** Estadual e a população da Grande Ilha, diante da localização estratégica no Centro da cidade. Já o artigo 3º diz que a doação será anulada, com a revisão do imóvel ao Município, se a PGJ, donatária der ao imóvel destinação diversa daquela constante no art 2º da presente lei.

Ex-prefeita de Santo Amaro é alvo de investigação do MP

A ex-prefeita Luziane Lopes Rodrigues Lisboa está no bojo de um Procedimento Investigatório Criminal (PIC) que apura indícios de desvios de verbas públicas na Prefeitura de Santo Amaro do Maranhão. A Portaria que informa a instauração do PIC foi publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público.

Luziane Rodrigues teria realizado uma licitação fraudulenta com o intuito de contratar uma empresa para desviar verbas públicas em seu próprio benefício e de terceiros durante seu mandato.

O Procedimento Investigatório está sendo comandado pela titular da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público de

Humberto de Campos, Maria do Nascimento Carvalho Serra Lima, que já determinou o encaminhamento de ofício à ex-gestora solicitando informações acerca das possíveis irregularidades.

A promotora também requisitou da Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça urgência no encaminhamento dos autos da análise dos processos licitatórios e de pagamento, quanto à regularidade e legalidade.

Se todos os fatos forem comprovados, Luziane Rodrigues pode ser alvo de uma Denúncia do Ministério Público, que poderá levar à condenação de perda dos direitos políticos (além de multa) por desvio de verbas públicas.

Investigação - BASTIDORES

CORIOLANO FILHO

O prédio da Câmara Municipal de Imperatriz continua com alguns setores lacrados por determinação da justiça, devido às investigações que estão sendo feitas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**), do **Ministério Público** Estadual. Na tarde de quarta-feira passada, quando já havia encerrado o expediente, policiais civis chegaram à Câmara e solicitaram acesso a alguns setores da administração. A Assessoria de Comunicação da casa esclareceu que a Polícia estava cumprindo ordem judicial, "relacionada a supostas irregularidades da gestão anterior (2017-2020)". Consta que as investigações estariam girando em torno, entre outras coisas, da suposta existência de funcionários fantasmas. Três servidores que exerciam cargo de chefia estão afastados e consta que pode sobrar até para a cabeça de vereadores, inclusive com afastamento. O tempo está "quente" no Palácio da rua Simplicio Moreira. Novos capítulos dessa assombrosa novela devem aparecer nos próximos dias. É aguardar.

Site:

<https://oprogressonet.com/arquivos/assinaturas/290/20210526.pdf>

CPI dos Combustíveis ouvirá representantes de distribuidoras em junho

Na tarde desta segunda-feira (24), a CPI dos Combustíveis, que investiga supostas irregularidades praticadas nos reajustes de preços de combustíveis no Maranhão, aprovou dois requerimentos, sendo um deles convocando representantes das distribuidoras Ipiranga e Petrobras para comparecerem, no dia 7 de junho, às 14h30, na Sala das Comissões da Assembleia Legislativa.

O outro requerimento convoca um representante do Posto Joyce, localizado em Paço do Lumiar, para comparecer na quinta-feira deste mês (27) Duarte Júnior afirmou que há algo de estranho com relação ao Posto Joyce, uma vez que não existe qualquer comprovação sobre a aquisição de combustível por aquele estabelecimento no mês de janeiro, mas há prova de revenda todos os dias.

O deputado Zito Rolim (PDT) comentou que existe a hipótese de compra por meio de outro CNPJ.

"Estamos trabalhando de acordo com o que o povo espera.

Essa questão tem de ser dissecada. Quebramos o sigilo fiscal de todas as empresas envolvidas e, a partir de agora, em nossas oitivas, todos os convocados virão na condição de testemunhas e não poderão faltar sem justificativa plausível, silenciar e nem mentir", afirmou Duarte Júnior, acrescentando que o trabalho da CPI ganhou força e a confiabilidade da população.

Convocação - Integrante da CPI dos Combustíveis, o deputado Wellington do Curso (PSDB) destacou que apresentaria um requerimento convocando o secretário de Fazenda do Estado, Marcellus Ribeiro, sob o argumento de não ter ficado satisfeito com o depoimento prestado pelo auditor do órgão, Felipe Caldeira, no último dia 19.

"Ele não esclareceu nada. Perguntávamos e ele não respondia.

Por isso, acho melhor a convocação do próprio secretário", enfatizou Wellington do Curso.

Outro requerimento, apresentado pelo **Ministério Público** e pela Defensoria Pública, solicitando a documentação sobre o andamento da CPI e pedindo autorização para auxiliar tecnicamente nos trabalhos,

foi rechaçado pela maioria dos parlamentares, depois que o deputado Zé Inácio Lula (PT) arguiu que o correto seria municiar os dois órgãos com informações somente após o relatório final.

Site:

<https://oprogressonet.com/arquivos/assinaturas/290/20210526.pdf>

TIMON - Cabine de teleatendimento garante serviços do MP com distanciamento social

Implantado no mês de setembro do ano passado em Timon, o projeto Cabine de Teleatendimento tem o objetivo de garantir à população o acesso à justiça, com distanciamento social, cumprindo as medidas sanitárias de prevenção à contaminação da Covid-19.

O sistema está instalado dentro da sede das Promotorias de Justiça da comarca. Até o mês de maio foram realizados 219 atendimentos na cabine.

Idealizada pelo **promotor de justiça** Fábio Menezes de Miranda, diretor das Promotorias de Justiça da Comarca de Timon, a Cabine de Teleatendimento é um dos projetos do **Ministério Público** do Maranhão que concorre ao prêmio do Conselho Nacional do **Ministério Público** - edição 2021. O projeto disputa a premiação em três categorias: diálogos com a sociedade, governança e gestão e transversalidade dos direitos fundamentais

O serviço de teleatendimento pode ser agendado por telefone ou presencialmente no balcão da sede das Promotorias. Após o agendamento, o interessado deve comparecer ao prédio do **Ministério Público**, na data e hora marcadas, para se comunicar por videoconferência com a instituição.

Inicialmente, o interessado será atendido virtualmente por um servidor, que vai cadastrar a demanda no Sistema Integrado do **Ministério Público** (Simp) e a encaminhará ao promotor responsável. Às vezes, o próprio promotor atende o cidadão.

"O sistema permite que o cidadão seja recebido e atendido diretamente em uma cabine instalada com equipamento eletrônico, na qual ele se conecta por videoconferência com membros ou servidores, mantendo as medidas de distanciamento social e de segurança sanitária, bem como todos os protocolos de higienização", ressaltou Fábio Menezes de Miranda.

O **promotor de justiça** lembrou que o atendimento ao público nas Promotorias de Justiça foi suspenso ou prejudicado devido às restrições impostas pela pandemia, o que limitou a presença física de membros e servidores e o acesso dos cidadãos aos serviços.

"O teleatendimento possibilita a continuidade da rotina de trabalho de membros e servidores no exercício de suas funções, quer seja no atendimento ao público,

quer seja na instrução das demandas extrajudiciais e de atribuição do **Ministério Público**".

Fábio Menezes de Miranda ressaltou, ainda, o modelo democrático da cabine porque possibilita o acesso ao atendimento do **Ministério Público** a cidadãos de qualquer condição econômica, bastando se deslocar até a sede das Promotorias e fazer o agendamento. "O projeto não somente garante a segurança sanitária, mas qualquer cidadão pode ter acesso ao atendimento, independentemente de possuir ou não celular ou computador", concluiu.

Site: <https://omaranhense.com/timon-cabine-de-teleatendimento-garante-servicos-do-mp-com-distanciamento-social/>

Timon: Cabine de teleatendimento garante serviços do MP com distanciamento social (Notícias)

Ludwig Almeida

Cidadão é atendido virtualmente, projeto concorre ao Prêmio CNMP 2021

Implantado no mês de setembro do ano passado em Timon, o projeto Cabine de Teleatendimento tem o objetivo de garantir à população o acesso à justiça, com distanciamento social, cumprindo as medidas sanitárias de prevenção à contaminação da Covid-19.

O sistema está instalado dentro da sede das Promotorias de Justiça da comarca. Até o mês de maio foram realizados 219 atendimentos na cabine.

Idealizada pelo **promotor de justiça** Fábio Menezes de Miranda, diretor das Promotorias de Justiça da Comarca de Timon, a Cabine de Teleatendimento é um dos projetos do **Ministério Público** do Maranhão que concorre ao prêmio do Conselho Nacional do **Ministério Público** - edição 2021. O projeto disputa a premiação em três categorias: diálogos com a sociedade, governança e gestão e transversalidade dos direitos fundamentais

O serviço de teleatendimento pode ser agendado por telefone ou presencialmente no balcão da sede das Promotorias. Após o agendamento, o interessado deve comparecer ao prédio do **Ministério Público**, na data e hora marcadas, para se comunicar por videoconferência com a instituição.

Inicialmente, o interessado será atendido virtualmente por um servidor, que vai cadastrar a demanda no Sistema Integrado do **Ministério Público** (Simp) e a encaminhará ao promotor responsável. Às vezes, o próprio promotor atende o cidadão.

"O sistema permite que o cidadão seja recebido e atendido diretamente em uma cabine instalada com equipamento eletrônico, na qual ele se conecta por videoconferência com membros ou servidores, mantendo as medidas de distanciamento social e de segurança sanitária, bem como todos os protocolos de higienização", ressaltou Fábio Menezes de Miranda.

O **promotor de justiça** lembrou que o atendimento ao

público nas Promotorias de Justiça foi suspenso ou prejudicado devido às restrições impostas pela pandemia, o que limitou a presença física de membros e servidores e o acesso dos cidadãos aos serviços.

"O teleatendimento possibilita a continuidade da rotina de trabalho de membros e servidores no exercício de suas funções, quer seja no atendimento ao público, quer seja na instrução das demandas extrajudiciais e de atribuição do **Ministério Público**".

Fábio Menezes de Miranda ressaltou, ainda, o modelo democrático da cabine porque possibilita o acesso ao atendimento do **Ministério Público** a cidadãos de qualquer condição econômica, bastando se deslocar até a sede das Promotorias e fazer o agendamento. "O projeto não somente garante a segurança sanitária, mas qualquer cidadão pode ter acesso ao atendimento, independentemente de possuir ou não celular ou computador", concluiu.

Por Ludwig Almeida às

Tags: #Cidade , #Cocais , #Justiça , #Maranhão , #MP

Os comentários não representam a opinião deste blog. Os comentários anônimos não serão liberados. Envie sugestões e informações para: blogdoludwigalmeida@gmail.com

Postagem mais antiga [Página inicial](#)

Assinar: [Postar comentários \(Atom\)](#)

Nome

E-mail *

Mensagem *

ludwigalmeida@hotmail.com

contato@blogdoludwig.com.br

(86) 9.9960-4957

Viver é lutar.

A vida é combate,

Que os fracos abate,

Que os fortes, os bravos,

Só pode exaltar.

(Poeta Gonçalves Dias)

(086) 98810-3601 e (086) 99907-2887

Merda não! : Manifestação em Timon contra a instalação de um estação elevatória de esgoto

Merda não! Queremos uma creche ou escola , dizia uma das faixa na manifestação Manifestação no bairro Guarita Uma placa informa q...

Caxias: A imagem de um novo cartaz em 2024?

A possível nova configuração na política de Caxias já movimentada bastidores Cartaz com um quinteto? A imagem acima onde aparece os deputados ...

Nos causou espanto , diz o presidente da Câmara de Timon sobre o kit merenda

Com uma previsão de reserva de mais de 3,7 milhões de reais, segundo discurso de um vereador da base do governo Foto: Facebook/U...

Lula e FHC juntos e misturados; agora Weverton pira!

Fernando Henrique & Lula Foto publicada nesta sexta-feira (21) nas redes sociais onde mostra os ex-presidentes Lula (PT) e Fernando Henr...

Caxias: Confira a lista de ganhadoras do sorteio das mães

Por conta da pandemia, o sorteio de prêmios das mães foi realizado de forma virtual Neste domingo (23) foi realizada a festa das mães do dep...

Criado por © MillerDesign |

Site: <http://www.blogdoludwig.com/2021/05/timon-cabine-de-teleatendimento-garante.html>

Segurança de bares da Litorânea foi negligenciada por DPU e Ministério Público

Marco Aurélio D Eça

O incêndio do bar Adventure, no domingo, 23, na avenida Litorânea, foi o resultado da soma de um equívoco de projeto de construção com a intransigência ideológica do **Ministério Público** e da Delegacia de Patrimônio da União.

Reformados durante o governo José Reinaldo Tavares, em 2003 - pelo então gerente metropolitano Ricardo Murad - os módulos conjugados contruídos de madeira e com cobertura de palha sempre foram questionados pelos comodatários, mas aceitos, estranhamente, pela Delegacia de Patrimônio da União e pelo **Ministério Público**.

Ao longo destes 18 anos, os empresários tentavam convencer os dois órgãos a aceitar mudança de projeto, com construções em alvenaria e telhado com material menos incendiário; mas para a DPU e MPF, qualquer outro tipo de estrutura agrediria a ambientação natural da orla.

Só há pouco tempo as propostas de telhas sintéticas foram aceitas - sem, no entanto, mudanças na estrutura de madeira.

Algumas barracas chegaram a trocar o telhado; outros, aguardam o início do período sem chuvas para proceder a troca, o que não deu tempo para o Adventure.

Agora, o deputado Dr. Yglésio (PROS) quer chamar os envolvidos para audiência pública em que se discutirá a segurança destes bares ao longo da praia.

Ótima oportunidade para saber com base em que ideologia procuradores federais e delegados da União - que têm o poder de controle sobre a área - insistiam com as estruturas capengas destas barracas.

E implicam tanto com as mudanças processadas em alguns destes bares., que só benefícios trazem aos frequentadores da orla.

Site:

<https://www.marcoareliodeca.com.br/2021/05/26/seguranca-de-bares-da-litoranea-foi-negligenciada-por-dpu-e-ministerio-publico/>

Decreto de Flávio Dino vai ajudar na fiscalização em portos e tripulação de navios

Jorge Vieira

Através de sua rede social, o governador Flávio anunciou que vai ditar decreto nesta quarta-feira (26) sobre fiscalização em portos e tripulações de navios a fim de evitar novas variante da Covid-19. Dino aditou que o estado quer ter seu mecanismo de controle, porém, sem atropelar competência federal.

"Hoje editarei decreto sobre fiscalização em portos e tripulações de navios, respeitando a competência federal da ANVISA, mas criando normas complementares de reforço. Além dos controles federais, teremos agora os estaduais", disse o chefe do Executivo maranhense.

O governador usou a rede social para informar ainda que nesta quinta-feira (27) reunirá com os Chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas, **Ministério Público** e Defensoria Pública para tratar de caso do novo coronavírus.

Site: <https://www.blogjorgevieira.com/decreto-de-flavio-dino-vai-ajudar-na-fiscalizacao-em-portos-e-tripulacao-de-navios/>

PGJ investiga contrato suspeito da Prefeitura de São João do Sóter

A Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) instaurou um Procedimento Investigatório Criminal (PIC) para apurar irregularidades em um contrato da Prefeitura de São João do Sóter.

Segundo a Portaria publicada no Diário Eletrônico do **Ministério Público**, o contrato investigado é oriundo Pregão Presencial nº 12/2017 realizado pelo Município de São João do Sóter.

O caso sendo comandado pelo assessor da PGJ, **promotor de Justiça** Pedro Lino Silva Curvelo, e tem 90 dias para ser concluído.

No documento, não há detalhes sobre o PIC e nem que já se encontra.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

Site: <http://www.netoferreira.com.br/poder/2021/05/pgj-investiga-contrato-suspeito-da-prefeitura-de-sao-joao-do-soter/>

Prefeitura proíbe festas e altera horário do funcionamento de bares e restaurantes para conter avanço do coronavírus em São Bernardo (Em destaque)

Em decreto municipal publicado nesta quarta-feira (26), a Prefeitura Municipal de São Bernardo estabeleceu novas medidas restritivas para conter o avanço do coronavírus no município. As medidas têm validade até o dia 13 de junho.

Entre as principais medidas, o Decreto Municipal, nº 137, de 26 de maio de 2021, proíbe a realização de festas, serestas, apresentações musicais individuais ou coletivas ou qualquer outro evento que exijam a expedição de licença por parte das autoridades de segurança municipal e estadual. O documento proíbe ainda a utilização de som mecânico, automotivo ou outros aparelhos de som, em bares, restaurantes, casas de shows ou qualquer ambiente que tenha venda ou distribuição de bebidas alcoólicas.

O decreto fixa ainda o horário do fechamento de bares, restaurantes, lanchonetes, distribuidoras e comércios ambulantes que vendam bebidas alcoólicas, no horário que vai das 0h às 8h, de segunda a sábado e, das 20h às 8h, aos domingos. A prefeitura estabeleceu ainda multa que vai de R\$ 2 mil a R\$ 5 mil para quem descumprir as determinações do decreto, além do encaminhamento de autuação ao **Ministério Público** para apuração criminal.

Veja o Decreto, na íntegra:

Site: <https://gildeanfarias.com.br/prefeitura-proibe-festas-e-altera-horario-do-funcionamento-de-bares-e-restaurantes-para-conter-avanco-do-coronavirus-em-sao-bernardo/>

Homem é preso por cometer crimes no bairro no Calhau

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/05/26/TVCIDADEAFRE>

CORDMA-07.53.42-07.55.26-1622033634.mp4

Maranhão terá mais medidas restritivas

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2021/05/26/RADIOMIRANTE>

AM600SOLUISMA-10.36.02-10.37.35-1622042894.mp3

Ouvinte reclama da falta de iluminação pública em Matinho

Iluminação precária em Matinho, fora outras faltas no local.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2021/05/26/RADIOMIRANTE>

AM600SOLUISMA-06.47.57-06.51.23-1622029783.mp3

Acidente na MA-006 no sentido Arame que vitimou três pessoas da mesma família pode ter sido causado por falta de iluminação pública

Repasse da SIPE por meio da Equatorial para as prefeituras., mas as mesmas não fazem a instauração de energia pública a população.

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2021/05/26/RADIOMIRANTE
AM600SOLUISMA-05.22.07-05.40.42-1622027574.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2021/05/26/RADIOMIRANTEAM600SOLUISMA-05.22.07-05.40.42-1622027574.mp3)**
